

Teses freudianas sobre Feuerbach: Interpelações políticas à psicanálise

Freudian theses about Feuerbach: Political interpellations to psychoanalysis

Tesis freudianas sobre Feuerbach: Interpelaciones políticas al psicoanálisis

Thèses freudiennes sur Feuerbach: Interpellations politiques à la psychanalyse

 <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14476>

Rodolfo Rodrigues Machado  

Psicólogo. Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Integrante do Grupo Interinstitucional de Historiografia e Política da Psicanálise (GIHPP/UFSJ).

Thales Fonseca  

Psicólogo. Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Integrante do Grupo Interinstitucional de Historiografia e Política da Psicanálise (GIHPP/UFSJ). Pós-doutorando na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Fuad Kyrillos Neto  

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ). Coordenador do Grupo Interinstitucional de Historiografia e Política da Psicanálise (GIHPP/UFSJ). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-C).

Resumo

Este estudo pretende, a partir de um tensionamento entre as críticas à religião contidas nas obras de Freud e Feuerbach, discutir o caráter eminentemente político do objeto da psicanálise. Essa dimensão encontra um de seus reflexos nas “obras antropológicas” de Freud. O que pretendemos demonstrar, sob o prisma da temática da religião, é o fato de que, assim como Feuerbach, o pensamento freudiano compartilha um movimento intelectual histórico na busca por uma fundamentação dos fenômenos que coloque a materialidade do mundo humano em primeiro plano. Consideramos, ainda, o modo como a circunscrição de objeto, promovida pela psicanálise, e a construção de sua práxis a distanciam das premissas do filósofo alemão. Por fim, buscamos explorar algumas das consequências do caráter político na teoria psicanalítica.

Palavras-chave: Freud; Feuerbach; psicanálise; política; objeto.

Abstract

This work aims, from a tension between the criticisms of religion contained in the works of Freud and Feuerbach, to discuss the eminently political character of the object of psychoanalysis. Such a dimension finds one of its reflections in the so-called “anthropological works” of Freud. What we intend to demonstrate, under the prism of the theme of religion, is that, like Feuerbach, Freudian thought shares a historical intellectual movement in the search for a foundation of phenomena that puts the materiality of the human world in the foreground. We also consider how the object circumscription promoted by psychoanalysis and the construction of its praxis push it away from the premises of the German philosopher. Finally, we seek to explore some of the consequences of such a political character in psychoanalytic theory.

Keywords: Freud; Feuerbach; psychoanalysis; politics; object.

Resumen

Este trabajo pretende, a partir de una tensión entre las críticas a la religión contenidas en las obras de Freud y Feuerbach, discutir el carácter eminentemente político del objeto del psicoanálisis. Tal dimensión encuentra en uno de sus reflejos en las dichas “obras antropológicas” de Freud. Lo que pretendemos demostrar, bajo el prisma de la temática de la religión, es que, tal como Feuerbach, el pensamiento freudiano comparte un movimiento intelectual histórico en la busca por una fundamentación de los fenómenos, que coloque la materialidad del mundo humano en primer plan. Consideramos, también, el modo como la circunscripción de objeto promovida por el psicoanálisis y la construcción de su praxis la distancian de las premisas del filósofo alemán. Finalmente, buscamos explorar algunas de las consecuencias de tal carácter político en la teoría psicoanalítica.

Palabras clave: Freud; Feuerbach; psicoanálisis; política; objeto.

Résumé

Cette recherche vise, à partir d'une tension entre les critiques de la religion contenues dans les oeuvres de Freud et de Feuerbach, discuter en caractère éminemment politique de l'objet de la psychanalyse. Une telle dimension trouve un de ses reflets dans les dits « oeuvres anthropologiques » de Freud. Ce que nous avons l'intention de démontrer, sous le prisme du thème de la religion, c'est que, comme Feuerbach, la pensée freudienne partage un mouvement intellectuel historique dans la recherche d'un fondement des phénomènes, qui met la matérialité du monde humain au premier plan. Nous considérons également la façon comment la circonscription objectale promue par la psychanalyse et la construction de sa praxis l'éloignent des prémisses du philosophe allemand. Enfin, nous cherchons à explorer quelques des conséquences d'un tel caractère politique dans la théorie psychanalytique.

Mots clés: Freud; Feuerbach; psychanalyse; politique; objet.

Esta proposta parte da reflexão freudiana a respeito da religião, a qual possui um caráter imanentemente antropológico e político, remetendo a uma proximidade tácita de pensadores como Feuerbach. Essa imanência coloca a reflexão sobre a religião, desde o início, no centro de uma discussão sobre formas de organização coletiva e sobre suas contradições e consequências. Isso significa que no momento em que a psicanálise discorre a respeito da religião, devido aos pressupostos epistemológicos que assume, está simultaneamente adentrando na discussão política. De modo semelhante à obra *A Essência do Cristianismo* (Feuerbach, 1841/2021), tanto na abordagem que usa a neurose obsessiva como modelo interpretativo quanto na da ilusão, o que está em jogo não são a rejeição e a desqualificação vulgar da religião, mas a proposta de leitura de sua verdade como antropológica (Mezan, 2019). Em outras palavras, “O segredo da analogia entre a religião privada do neurótico e a religião pública do crente não se encontra em seu conteúdo, mas em sua forma, ou seja, no modo como em ambos os casos os sujeitos se empenham na solução do conflito psíquico em torno da figura paterna atravessada pela sexualidade infantil e pelo desejo de morte” (Drawin & Kyrillos, 2018, p. 148).

Em nossa visão, a leitura freudiana sobre a religião possui um caráter eminentemente antropológico pelo seguinte motivo: no subterrâneo dos problemas relacionados à teoria que a sustenta – a psicanálise –, é impossível dissociar qualquer análise sobre o indivíduo (sujeito) sem as mediações que se interpõem entre seu objeto. Isto é, quando Freud (1907/2010a) propõe que existe uma cisão radical e inconciliável na vida psíquica do indivíduo, bem como uma inadequação fundamental em seu objeto de investimento e satisfação – o que leva, consequentemente, a uma centralidade da mediação familiar/social e suas estruturas típicas –, temos, inescapavelmente, uma teoria com subterrâneo socioantropológico e o germe do estabelecimento de um objeto tão peculiar, desde o *Projeto para uma Psicologia Científica* (Freud, 1895/1996a), assombra os rumos da teoria, onde quer que ela esteja.

Nosso intuito, portanto, é demonstrar como a particularidade do objeto de estudo psicanalítico traz consequências radicais no estudo do fenômeno religioso, entre elas: a) uma análise primeiramente antropológica da religião (próxima a Feuerbach, 1851/1989); b) a identificação de um caráter político no envolvimento religioso (a inversão materialista de Feuerbach feita por Freud); c) a generalização da subjetividade individual estudada na clínica para os fenômenos sociais produz, também, seu caminho retroativo: os fenômenos estruturais se mostram no indivíduo – pensando na relação entre castração, Édipo, totemismo e líder das massas –; o que implica, finalmente, d) uma concepção de um objeto psicológico transindividual. Tais consequências, inclusive, talvez sejam potentes o bastante para colocar o próprio autor em contradição em alguns momentos, em uma espécie de autonomia do objeto.

Se Freud (1907/2010 a) se inclina, às vezes, a uma espécie de idealismo positivista, afirmando que a religião é uma “neurose infantil”, a ser superada pela maturidade alcançada com o desenvolvimento científico e com o esclarecimento

das ilusões, depara-se com sérios impasses teóricos, ora levantados por ele próprio, ora por seus leitores próximos (Pfister, 2003). Isso ocorre até o ponto em que, em suas últimas obras – apontadas, por Araújo (2014), como o acerto de contas de Freud com a religião – os impasses são colocados na mesa. Dessa forma, uma leitura materialista da religião a partir dos conceitos psicanalíticos parece ser esboçada. Compreendemos como materialista porque o pensamento freudiano efetua o mesmo passo da perspectiva marxista quando coloca as contradições e inconsistências da história como fonte sob a qual o envolvimento religioso estabelece uma formação de compromisso; uma possibilidade para que os sujeitos lidem com um mal-estar que os afeta. O modelo dessa elaboração e os meandros da operação sintomática, por exemplo, de um retorno do recalcado, já têm suas primeiras formulações desde *A Interpretação dos Sonhos* (Freud 1900/2019). Eles “retornam”, anos depois, não por acaso, em um momento histórico crítico. O antissemitismo e a Segunda Guerra Mundial estampavam como as construções de identidades ao longo da história engendravam muito mais do que uma questão privada, subjetiva e individual. Elas cumprem funções na história, são passíveis de ser instrumentalizadas e, definitivamente, atuam com eficácia política, independentemente de seu possível caráter ilusório.

Isso nos leva a considerar o viés político da questão metodológica. Essa perspectiva nos permite, ainda que de forma secundária, refletir sobre o lugar e a função da psicanálise na realidade social. Para viabilizar esse raciocínio, uma estratégia profícua é posicionar a teoria psicanalítica em conexão com outros campos do saber. LaCapra (2006) nos auxilia na fundamentação da prudência metodológica ao abordar as políticas de identidade. Ele destaca a tensão entre os grupos dominantes e dominados e sugere que a constelação de posições subordinadas tem a principal preocupação da atividade política. Politicamente, os grupos dominantes estão dispensados da reflexão sobre a própria identidade, quase sempre consideram que sua experiência é normativa e se assumem como parâmetros de autenticidade para outras experiências. A política de identidade disciplinar se situa, nesse contexto, como uma forma específica de identidade intelectual. De acordo com LaCapra (2006), essa forma de identidade sustenta, de maneira encoberta, as análises e críticas dos fenômenos, assim, a ideia de “conexão” pode mitigar os efeitos de um uso dogmático da psicanálise.

Aqui, valeria retomarmos a subdivisão proposta por Lacan (1964-1971/2003a) em psicanálise pura, psicanálise aplicada e conexões. Decorrente do surgimento de uma verdadeira tecnologia organizacional que visava evitar, na escola lacaniana, os excessos de identificação grupal enfrentados pela *International Psychoanalytical Association* (IPA) – portanto, prenhe de inflexões políticas –, ela pode nos ajudar a melhor localizar esta pesquisa. Trata-se, aqui, justamente, do esforço de dar relevo ao caráter efetivamente antropológico da reflexão freudiana sobre a religião, o que, para utilizar uma expressão lacaniana, pode-se chamar de um recenseamento do campo freudiano. Ora, para além da crítica a uma psicanálise excessivamente autocentrada, a vantagem de uma abordagem por meio da conexão crítica é a possibilidade de transcender à ideia de que, em Freud, há apenas uma “antropologia virtual” (Dunker, 2022), de uso privativo dos psicanalistas, de modo que, a um só tempo, pode ampliar o escopo de intervenção da psicanálise e expô-la à crítica advinda de outros campos.

Acerca da proposta de conexão da psicanálise com outros campos, Mudrovic (2005) auxilia a operacionalizar essa proposta ao nos lembrar da construção linguística do objeto histórico. A linguagem do historiador, do antropólogo ou do filósofo não se constitui num modo transparente por meio do qual podemos apreender as teorias. Ela gera, nesse sentido, um vínculo imediato com o presente, favorecendo a noção de continuidade sobre a ruptura quando são percebidas as alterações sociais. Com efeito, o tempo, para a psicanálise, envolve um privilégio da lógica em detrimento da cronologia, lançando, ao campo historiográfico, o desafio de pensar ferramentas de conceitualização, que permitam falar de extratos históricos em contraposição a uma perspectiva de linearidade temporal. Aqui, a proposta de Certeau (2020), quanto a procurar um sentido nas relações estabelecidas, parece-nos profícua. A determinação de significações possibilita, então, o encontro de uma organização desse sentido e, por intermédio delas, podemos notar que, historicamente, a coerência constitui-se como um bloco homogêneo e limitado.

Esta discussão se movimenta, portanto, em um campo de pesquisa, ao mesmo tempo, interno e externo ao sistema teórico-psicanalítico. Externo porque, primeiramente, pretendemos empreender uma articulação entre as concepções freudianas e feuerbachianas a respeito da religião e como ambos os autores, pela forma como empreendem seu pensamento, aproximam-se e dialogam com a antropologia a partir de seus trabalhos. E interno, porque, como pretendemos desenvolver, tanto as aproximações quanto os deslocamentos de uma perspectiva em relação a outra estariam intimamente ligados aos pressupostos epistemológicos com os quais as teorias são sustentadas. Dito de outro modo, se a visão freudiana sobre religião pode ser considerada como eminentemente antropológica, ela deve se desdobrar não simplesmente em referências laterais ao seu trabalho, mas também às coordenadas que o núcleo de seu objeto demanda como caminho de pesquisa.

Nesse ponto, imediatamente, adentramo-nos em uma complexa discussão a respeito de quais são os limites da teoria psicanalítica no momento em que se propõe a dialogar com os demais campos do conhecimento. Desse modo, surge o risco de perder a rigorosidade interna de um sistema com conceitos e objetos próprios, sobrepondo as particularidades de um campo a partir dos conceitos de uma disciplina externa. O próprio Freud (1930/2010b, p. 92), afinal, quando se propôs ao desafio, certamente, atentou-se à referida questão e não deixou de nos advertir: “Não apenas com seres humanos, também com conceitos é perigoso retirá-los da esfera em que surgiram e evoluíram”. Esse alerta, evidentemente, não implica uma interdição, muito menos deveria constituir um tabu. A tradição de diálogo da psicanálise com diversos campos do

conhecimento não se mostra relevante apenas pela quantidade de obras que produziu desde Freud, mas também pela influência que teve nos próprios rumos iminentes ao desenvolvimento de conceitos fundamentais ao sistema.

Tendo isso em vista, foi relevante explicitar a condução metodológica desta empreitada, os riscos contidos, os cuidados a serem tomados e as coordenadas que nos orientaram. Afinal, a proposta deste texto ocasiona uma reflexão, também, sobre as particularidades do método e do objeto psicanalíticos, sobretudo seu contato com áreas “extraclínicas”.

Nosso percurso se dará do seguinte modo: primeiramente, faremos uma breve apresentação do entrecruzamento das críticas freudianas e feuerbachianas acerca da religião, buscando tensionar pontos de aproximação e distanciamento entre os dois pensadores; posteriormente, a partir disso, examinaremos a relação do pensamento freudiano com o marxismo por meio do encaminhamento materialista envolvido na apreensão do objeto da psicanálise; por fim, tendo como parâmetro a natureza de seu objeto, recolheremos as consequências do enodamento entre clínica e política, intrínseco à teoria psicanalítica.

Ao longo no texto, utilizaremos como principais referências norteadoras: i) os dois trabalhos de Feuerbach (1851/1989, 1841/2021), *Preleções sobre a Essência do Cristianismo* e *A Essência do Cristianismo*, direcionados à análise do autor sobre religião; ii) e os textos freudianos em que o autor articula de forma mais direta sua análise crítica da religião (Freud, 1930/2010b; 1921/2011; 1913/2012; 1939/2018; 1927/2020). Além disso, serão tensionados os textos citados com desenvolvimentos posteriores na tradição psicanalítica e comentadores dos temas clássicos, tais como Drawin e Kyrillos (2018), Dunker (2017), Lacan (1953/1998a; 1936/1998b; 1964/2008a), Mezan (2019), Morano (2003), Simanke (2005). Por fim, pretendemos contornar esta análise com autores que possibilitem uma fundamentação para uma perspectiva materialista da psicanálise, tema no qual recorreremos a: Marx (1845/1978), Engels (1880/2022), Adorno (1953/2015), Marcuse (1941/1978), Politzer (1928/1988) e Pavón-Cuellar (2021). Durante todas as etapas, lançamos mão também de trabalhos que discutem, de forma próxima, os temas trabalhados (Melo, 2022; Paula, 2007; Serrão, 2015; Veliq, 2017).

Freud e Feuerbach

É a partir do início do século XVII que podemos localizar, na história do Ocidente, a formação de um pensamento crítico em confrontação com a hegemonia da cosmovisão religiosa (Eagleton, 2016). Temos, quase como um dos galhos consequentes do Iluminismo, a proliferação de filosofias que, de uma forma ou de outra, buscavam consolidar uma concepção de mundo desgarrada dos pressupostos teológicos e eram centradas no homem.

O filósofo alemão, discípulo de Hegel e herdeiro da tradição do idealismo alemão, tem como pensamento central o estatuto da religião em sua relação com o homem. Os meandros da formação do sistema de crenças religioso, sobretudo do cristianismo, funcionam como um plano de trabalho no qual a filosofia absoluta do espírito de Hegel se transforma em uma filosofia antropológica do homem. Essa transição seria, inclusive, apontada como uma das condições para o desenvolvimento posterior do materialismo dialético do marxismo.

Nas primeiras páginas de uma de suas principais obras, *A Essência do Cristianismo*, Feuerbach (1841/2021, p. 33) deixa clara sua abordagem: “Esta minha doutrina é simplesmente: teologia é antropologia, ou seja, no objeto da religião a que chamamos *théos* em grego, *Gott* em alemão, expressa-se nada mais do que a essência do homem, ou: o deus do homem não é nada mais que a essência divinizada do homem”. A definição “teologia é antropologia”, quase um aforismo, é, ao mesmo tempo, coordenada norteadora e síntese das elaborações do filósofo na obra mencionada.

Trata-se, resumidamente, de uma inversão de perspectiva, na qual as construções sobre o divino ocorreriam a partir da objetivação da natureza humana externalizada. Os atributos de Deus, e dos demais elementos e símbolos do cristianismo, seriam, assim, aspectos do próprio homem, apartados de sua subjetividade, em um processo alienante. Essa perspectiva filosófica, no entanto, só pode ser elaborada a partir de um desdobramento de uma concepção particular sobre como se constitui a consciência e como (e por quê) ela se aliena de si mesma uma vez no mundo. Vale a pena determo-nos um momento em tais fundamentações, sobretudo para que possamos, posteriormente, cotejar as aproximações e distanciamentos em relação à perspectiva psicanalítica.

Em Feuerbach (1841/2021), o conceito de consciência é bastante devedor da fenomenologia do espírito de Hegel, mas o enquadramento dado em sua constituição envolve, desde o princípio, o aspecto religioso. Para o filósofo, é na religião que “repousa a distinção essencial entre homem e animal” (p. 43). No entanto, isso somente se deve ao fato de que, para Feuerbach (1841/2021), o núcleo exato sob o qual se desenvolve a religião é justamente a essência do homem: a consciência como interioridade e generalidade humanas. A essência humana é definida, portanto, como a própria capacidade reflexiva do homem sobre seus atributos, isso tanto no âmbito subjetivo individual como no coletivo e social, que, no fundo, são indissociáveis, algo semelhante ao movimento dialético da consciência em si e para si em Hegel.

Feuerbach (1841/2021) elenca, ainda, quais seriam os atributos sob os quais a consciência coloca o homem e a si própria em questão. São eles: *a razão*, para o debruçar-se conceitualmente sobre o mundo; *o amor*, para amá-lo; e *a vontade*, para desejá-lo. Não por acaso, os elementos básicos da essência humana, sob os quais a consciência se constitui e se direciona reflexivamente, são os mesmos atribuídos, em forma de perfeição, para o ser divino. Se, para teólogos como Agostinho, a divindade é reconhecida a partir de uma exploração atenta das profundezas da consciência, para Feuerbach (1841/2021),

o movimento é inverso. As profundezas da consciência podem ser conhecidas a partir do exterior, do que objetivamos e exteriorizamos de nossa essência em elementos externos:

A religião, ao ser a consciência de Deus, é definida como a consciência que o homem tem de si mesmo. Isso não significa, contudo, que o homem religioso seja diretamente consciente de si, ou que a sua consciência de Deus seja a consciência que tem da sua própria essência, em realidade, a falta de consciência desse fato é exatamente o que funda a essência peculiar da religião (Feuerbach, 1841/2021, p. 56).

Logo, há uma definição conceitual de consciência, como essência reflexiva do homem, e da religião, como a objetivação exterior dessa consciência. O homem transporta, dessa forma, sua essência para fora de si, antes de reconhecê-la em si mesmo. Consequentemente, isso implica duas posições frente à religião. Se, por um lado, o pensamento feuerbachiano admite o caráter mobilizador da crença religiosa e de suas consequências concretas na vida dos indivíduos, por outro, o encobrimento do próprio homem e de suas características e potencialidades intrínsecas geram uma série de efeitos negativos, sendo o principal, entre eles, a submissão ao domínio de tal exterioridade e das instituições, que atuam como seu referencial divino na Terra. A grande questão do filósofo, como apontam Ecco e Martins (2016), sempre teve um plano de fundo intimamente político, tornando-se impossível dissociar o contexto social no qual ocorreu sua formação. A religião, em seu contexto, era vista como protagonista no empobrecimento de uma atividade política que colocasse a própria consciência e a razão humanas como pontos de partida para a ação prática. Um passo atrás na fundamentação pode ser útil para compreendermos tal problemática, pois surge, inevitavelmente, a questão do porquê ocorre esse processo de alienação do homem de si mesmo.

A resposta do filósofo para essa questão é o medo. A religião surgiria e extrairia sua força ao se revelar como uma forma de vencer o medo do sofrimento, da finitude e da morte. Ela seria, assim, a “libertação do perigo, do medo e da angústia, [...] o sentimento do arrebatamento, da alegria, do amor e da gratidão” (Feuerbach, 1851/1989, p. 33). Essa concepção precede o pensamento do filósofo, fazendo referência a Hobbes em sua argumentação, assim como o sucede em outros autores. Nesse sentido, é muito difícil não nos lembrarmos, imediatamente, da centralidade do desamparo no pensamento freudiano, quando discorre sobre o envolvimento religioso.

Ainda que Feuerbach (1851/1989) trabalhe com elementos mínimos que definiriam a essência humana universal – razão, amor e vontade –, os quais podem ser questionados historicamente como definições naturais, a potência de seu pensamento crítico à religião reside na elaboração da forma como se constitui o conteúdo religioso. A transcendência dá lugar à imanência, e a primeira se torna uma objetivação externa da última; trata-se de um movimento dotado de certa potência reflexiva que a história posterior a Feuerbach impede de negar (Serrão, 2015). Não por acaso, o autor, que serve de foco para este trabalho, foi profundamente influenciado pela perspectiva feuerbachiana, sobretudo nas discussões a respeito da crítica à religião.

Gay (2012, p. 45) é um dos autores a rastrear essa influência, como descreve: “Feuerbach tinha muito a ensinar a Freud, tanto em conteúdo quanto no estilo: considerava seu dever desmascarar a teologia, revelar suas raízes puramente mundanas na experiência humana”. Não só seu biógrafo, como o próprio Sigmund relata, em uma carta a Silberstein, que: “entre todos os filósofos [...] é este o homem [Feuerbach] que mais venero e admiro” (Gay, 2012, p. 45). Alguns comentadores (Paula, 2007; Veliq, 2017), seguindo tais relações, apontam como os dois posicionamentos frente à reflexão sobre a religião seguem o mesmo fundamento básico: sob a ótica de pressupostos antropológicos, centralizar o homem por meio da tentativa de rastrear a gênese da religião e de Deus no próprio homem.

As confluências entre os pensamentos de freudiano e feuerbachiano, além de inúmeras, envolvem pontos nucleares (Melo, 2022). Talvez, os dois principais possam ser sintetizados da seguinte forma: a) a busca do fundamento da crença na imanência dos processos de constituição do homem e da sociedade; e b) o medo/desamparo como âncora do impulso ao envolvimento religioso. Por sua vez, a crítica freudiana à religião, como ressalta uma série de autores (Araújo, 2014; David, 2003; Morano, 2003), atua por meio de duas frentes principais: a) da interpretação da religião como uma neurose coletiva; e b) da religião como ilusão. Acreditamos ser possível traçar um paralelo entre as referidas chaves de leitura e as duas aproximações fundamentais que rastreamos nas teses feuerbachianas.

Primeiramente, desde o primeiro texto, no qual a religião aparece como temática central trabalhada por Freud (1907/2010a), o método de análise empregado consiste no seguinte: as elaborações sistematizadas teoricamente a partir da prática clínica são utilizadas como fontes de interpretação para o comportamento ritualístico dos cerimoniais religiosos, concluindo em uma aproximação da neurose obsessiva com a prática coletiva da religião. Esse método segue no pensamento freudiano em toda a sua análise sobre o tema. As formulações são sempre derivadas do conhecimento estabelecido na psicanálise a respeito da constituição psíquica do homem: o uso do complexo de Édipo na compreensão da dinâmica totêmica (Freud, 1913/2012); a ideia de compensação pulsional, norteadas as funções desempenhadas pela religião (Freud, 1927/2020); o conceito de retorno do recaiado na construção das narrativas míticas e teológicas (Freud, 1939/2018). O fundamento da perspectiva da crítica, aqui, possui características comuns ao de Feuerbach (1841/2021; 1851/1989): o homem é a referência principal de compreensão do fenômeno religioso.

Ao mesmo tempo, a segunda coordenada de leitura na crítica freudiana, a religião como uma ilusão, ancora-se no que seria, para o psicanalista, os pontos nucleares em que o envolvimento religioso adquiriria seu impulso de adesão entre os indivíduos: o desamparo e a consequente angústia por ele gerada. Freud (1927/2020) postula três importantes funções que a religião cumpriria para o sujeito e que são as mesmas exercidas pelo pai durante a infância: informar, proteger e educar. As ilusões produzidas pelas religiões seriam, assim, construções de saberes e práticas que buscam compensar as renúncias feitas para a inserção do homem no processo de socialização e, sobretudo, o desamparo fundamental da própria condição humana, isto é, uma retomada do pai protetor presente na infância. A parcela de mal-estar necessária para o processo civilizatório, assim como aquelas provocadas pelas adversidades naturais – culminando na morte –, são compensadas com a ilusão oferecida no saber religioso. Novamente, a aproximação com a argumentação de feuerbachiana a respeito do medo e da angústia nos parece clara.

Agora, há também um espinhoso “distanciamento” entre as duas perspectivas, que buscaremos explorar mais adiante. Ao afirmarmos que os dois autores baseiam sua análise crítica do fenômeno religioso tomando o homem como referência, devemos ter cautela para evitar uma extrapolação dos termos e conceitos. Afinal, tomar “o homem” como referência pode não ter um sentido unívoco quando consideramos diferentes concepções e abordagens para “o homem”. Especialmente quando levamos em consideração que a perspectiva feuerbachiana aborda a questão a partir da filosofia, e o pensamento freudiano, apesar de suas influências, primordialmente, a partir de uma concepção psicológica com um horizonte da prática clínica.

Freud para além de Feuerbach

Por mais importante que tenha sido a intervenção feuerbachiana na história do pensamento, é notório que o pensador é reconhecido, sobretudo, por encarnar um momento de transição, a saber: a passagem do idealismo hegeliano para o materialismo marxiano. As famosas *Teses contra Feuerbach* (Marx, 1845/1978) são, muito provavelmente, o mais influente texto sobre a filosofia de Feuerbach. Com isso em mente, não nos parece impertinente propor a hipótese de que um dos pontos de distanciamento entre o pensamento freudiano e feuerbachiano engendra, por consequência, um ponto de aproximação com Marx.

Para compreender a convergência entre o psicanalista austríaco e o revolucionário alemão, convém seguirmos o percurso indicado por Lacan (1936/1998b), em virtude de sua perspectiva ser radicalmente materialista, decorrente da inserção do pensamento freudiano no debate das luzes. Isso nos possibilitará aprofundar a distinção entre as perspectivas freudiana e feuerbachiana que, a nosso ver, foi apenas parcialmente – ainda que, sem dúvida, de forma muito produtiva, para fundamentar o presente trabalho – identificada por Veliq (2017).

Lembremos que um dos primeiros escritos lacanianos sobre Freud envolvia um debate em torno dos efeitos da intervenção freudiana no que tange à concepção de realidade psíquica. Para Lacan (1936/1998b), Freud teria representado uma verdadeira revolução, que fez a psicologia efetivamente avançar como ciência, ao postular a relatividade de seu objeto de investigação. Ao destacar isso, Lacan (1936/1998b), indiretamente, propôs uma dura crítica ao “materialismo ingênuo”, que reduz os fenômenos psicológicos sem determinação orgânica objetiva à mera ilusão subjetiva despojada de realidade.

Essa possível revolução na psicologia, promovida pelo pensamento freudiano, é algo apontado também por Politzer (1928/1988), quando destaca uma ruptura promovida pela psicanálise (ainda que não levada às últimas consequências), distanciando-se de duas fundamentações hegemônicas que balizavam as principais correntes de pensamento. Se, por um lado, havia uma psicologia subjetiva baseada na introspecção e herdeira de abstrações de uma tradição filosófica idealista, do outro, havia a psicologia objetiva, calcada em métodos experimentais e na importação dos objetos da fisiologia e afins. A crítica de Politzer (1928/1988) consiste no fato de que nenhuma das tentativas precedentes de constituição da psicologia como ciência alcançou, de fato, um objeto, que fosse circunscrito em seus próprios termos. Sua proposta, então, passou pela tentativa de fundamentar o objeto psicológico em uma concepção que fosse, simultaneamente, materialista e não naturalista. Politzer (1928/1988) encontra o que seria um protótipo das coordenadas dessa conceitualização no trabalho de Freud. E, diga-se de passagem, não é por acaso que tenha exercido uma influência subterrânea tão significativa na apropriação da psicanálise por de Jacques Lacan, em seus primeiros trabalhos (Simanke, 2005).

Nesse sentido, se podemos concordar que a filosofia de feuerbachiana se enraíza em uma concepção naturalista da realidade, cuja ambição abrangia a naturalização da liberdade na sociedade (Marcuse, 1941/1978), parece-nos francamente reducionista reduzir a concepção da realidade no pensamento freudiano a um psicologismo. Na verdade, é possível refletir que a teorização freudiana possui semelhanças de fundo com a de Marx, que, segundo Bloch (1959/2005, p. 256), ao criticar tanto a teoria mecanicista do ambiente quanto a idealista do sujeito, propõe que a realidade é uma expressão da “mediação recíproca entre sujeito e objeto”. Portanto, da mesma forma como Marx (1845/1978) criticava a ideia feuerbachiana de que a “percepção-sensível” seria a base de toda e qualquer materialidade, Freud também precisou ir além do princípio de realidade que rege o “sistema percepção-consciência” para tornar a relação dos sujeitos com os fatos do desejo inteligível (Lacan, 1936/1998b). Curiosamente, a maneira como ambos os pensadores operaram com a dialética sujeito-objeto, que constitui a realidade concreta, expressou-se no relevo dado à irredutibilidade da práxis (política num caso, clínica no outro).

E, mais uma vez, parece ter sido Lacan (1964/2008a) quem melhor percebeu isso.

Em 15 de janeiro de 1964, Lacan (1964/2008a) deu continuidade ao seu seminário, que tinha completado uma década, com a seguinte interrogação: “Que é uma práxis?”. Como é sabido, não se tratava de uma continuidade qualquer, mas, sendo mais exato, apontava para algo como uma descontinuidade. Afinal, Lacan (1964/2008a) tinha acabado – como ele próprio afirmou, não sem uma boa dose de dramatização – de ser “excomungado” da IPA.

A referência de Lacan (1964/2008a) à noção de “práxis”, que, à primeira vista, poderia parecer uma espécie de “rodeio” tipicamente lacaniano, não é, todavia, desprezível. Ainda que o próprio Lacan afirmasse, logo em seguida, que a definição de práxis se estendesse até muito longe, assegurando que não se colocaria à sua procura, gostaríamos de demonstrar que o psicanalista francês estava se referindo a uma questão crucial, no que tange à estrutura de formação conceitual da psicanálise desde Freud.

Ressaltamos que a noção não se reduz a uma forma rara de se escrever a palavra “prática”, remetendo, entre outras, à tradição marxista e dialética. Assim sendo, vale a pena partirmos do que Dunker (2017) afirma. Para ele, a psicanálise se constitui como uma práxis dialética, que não se limita à simples complementaridade entre a teoria e a prática, pois designa uma relação peculiar entre ambas, transpassada pela crítica constante e pelo trabalho com a contradição.

O que encontramos nessa definição é uma fórmula sucinta para se pensar a dialética, que configura a relação de indivisibilidade entre (1) processo investigativo, (2) prática clínica e (3) conceitos metapsicológicos, cuja descrição canônica está no famoso tripé freudiano: “PSICANÁLISE é o nome de (1) um procedimento para a investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica” (Freud, 1923[1922]/1996b, p. 287).

Não sem motivos, a interrogação de Lacan (1964/2008a) surge durante a primeira aula de seu *Seminário II*, dedicado aos chamados conceitos fundamentais da psicanálise. Esses conceitos, como ressalta Elia (2004), por serem fundamentais, não devem ser confundidos com os “construtos” habituais da ciência, no sentido de que não são o resultado da mera “construção” teórica bem como não são “concebidos” ou decorrem de uma “concepção”, mas “se impõem à experiência”, exigindo do psicanalista uma elaboração.

Lembremos que, ao falar, pela primeira vez, em “conceitos fundamentais” (*Grundbegriffe*), o próprio Freud (1915/2010c, p. 52) já especificava a tensão permanente entre empiria clínica e especulação teórica:

Portanto, a rigor, elas possuem o caráter de convenções, embora a questão seja que de fato não são escolhidas arbitrariamente, mas determinadas por meio de significativas relações com o material empírico – relações que acreditamos adivinhar, ainda antes que possamos reconhecer e demonstrar.

Notamos, na definição de Freud (1915/2010c), indícios de um rigoroso materialismo científico como orientação primordial na busca por um critério que permita assentar a metapsicologia, o “topo” da teorização, segundo a metáfora do vienense, em um solo firme. Trata-se, portanto, de um esforço para balancear fenômenos concretos com ideias abstratas, convenções conceituais indeterminadas com material empírico determinado. Nesse sentido, Freud (1915/2010c) se defronta com um dos impasses mais característicos da modernidade: a cisão entre sujeito e objeto. Em outros termos, estaríamos assistindo à tentativa freudiana de escapar tanto da confiança quanto da desconfiança, ilimitadas na “certeza sensível”, por meio da invenção de um modo original de não reduzir a realidade nem ao suposto caráter objetivo do “mundo externo” nem à mera projeção do “mundo interno”. Daí a ideia de uma articulação dialética constante entre teoria metapsicológica e prática clínica, na qual as contradições surgidas em um dos dois campos se traduz em transformações no outro: “Apenas depois de uma exploração mais radical desse âmbito de fenômenos [i.e., da clínica] podemos apreender seus conceitos científicos fundamentais de maneira mais nítida e modificá-los progressivamente, tornando-os utilizáveis em larga medida e ao mesmo tempo livres de contradição” (Freud, 1915/2010c, p. 52).

Foi justamente a ideia de que a psicanálise se constitui como uma espécie de pensamento em movimento que Lacan (1953-1954/2009, p. 9) procurou ressaltar, já na abertura de seu primeiro seminário público, no início da década de 1950, o seguinte raciocínio: “O pensamento de Freud é o mais perpetuamente aberto à revisão. É um erro reduzi-lo a palavras gastas. Nele, cada noção possui vida própria. É o que se chama precisamente a dialética”. Trata-se de uma proposição que ressoaria dez anos mais tarde nessa espécie de “reabertura” dos seminários, quando Lacan viria a ganhar progressivamente mais autonomia, sendo ela institucional, com a criação da *École Freudienne de Paris* (EFP), e teórica, no célebre programa de “retorno a Freud”, que retorna sobre si mesmo num debate crítico e cada vez mais franco, não só com a linguística e a antropologia, como também com a filosofia, a matemática e a própria política.

É assim que voltamos à interrogação lacaniana sobre a “práxis da psicanálise” – interrogação que, na verdade, é fundamentalmente freudiana. Não só porque o próprio Lacan afirmou, até a sua morte, seguir a causa de Freud, mas porque, na resposta que ele dá à questão, encontramos, por trás de seu discurso abstruso, uma apresentação *sui generis* da estrutura de formação conceitual inventada por Freud para a psicanálise. Ele nos diz: “Parece-me duvidoso que este termo [práxis] possa ser considerado como impróprio no que concerne à psicanálise. É o termo mais amplo para designar uma

ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico. Que nisto ele encontre menos ou mais imaginário tem aqui valor apenas secundário” (Lacan, 1964-1971/2003a, p. 14).

De antemão, salta aos olhos a densidade teórica contida no excerto, que conjuga os três registros que constituem a “realidade humana” para Lacan (1953/2005) e que consagra sua metapsicologia. Destacamos a atualização, feita pelo pensamento lacaniano, dos já comentados traços fundamentais do materialismo freudiano. Desse modo, reduzindo-nos a uma explicação sintética, diríamos que a práxis psicanalítica, em seu estatuto de *talking cure* (de “operação simbólica”), torna possível transcender a mera fenomenologia dos fatos clínicos, ou seja, ultrapassar sua aparição sensível e descritível (sua “dimensão imaginária”), intervindo nesse domínio da realidade, cuja apreensão é sempre negativa e impossível (o “real lacaniano”). Uma práxis capaz de, pela palavra, tocar n’ “isso”, que não se encontra nem no “mundo interno” (e, portanto, não é uma projeção psicológica) nem no “mundo externo” (não sendo, também, uma experiência objetiva), mas, sim, na indeterminação entre dentro e fora. É esse raciocínio que explica, por exemplo, o fascínio da perspectiva lacaniana por figuras topológicas como a banda de Moebius e a garrafa de Klein, que traduzem, em termos formais, a dialética presente na ação humana, capaz de “tratar o real pelo simbólico”.

A aposta no sujeito como lócus de transformação objetiva, a crítica do materialismo meramente contemplativo, a concepção de um mundo sem transcendência e explicado a partir de si mesmo, a ideia de que o sujeito no mundo é também parte do mundo bem como de que o objeto dado é sempre-já subjetivamente trabalhado, presentes no jovem Marx (Bloch, 1959/2005; Marcuse, 1941/1978), podem, também, ser encontrados no pensamento freudiano. Aliás, não é outro motivo, senão a homologia entre os materialismos freudiano e marxiano, que leva Pavón-Cuellar (2021, p. 10) a propor a existência de uma “metapsicologia do capital”, entendendo metapsicologia como aquilo que está “aquém do metafísico” e “além do psicológico”, isto é, como aquilo que “[...] não é, na realidade, nem de Marx nem de Freud, mas da cultura na etapa histórica na qual Marx e Freud coincidem e na qual encontramos as coincidências entre eles”. É por isso que, se nos for permitida a paráfrase, diríamos que a dimensão imanentemente política da psicanálise, a que nos referimos, é mais facilmente entendida quando lembramos que Freud, na contramão dos psicólogos acadêmicos que desde Wundt se limitaram a interpretar o ser humano de diferentes formas, propôs “transformá-lo”.

Uma interpelação política à psicanálise

É curioso, entretanto, pensarmos que, entre os referenciais filosóficos mais marcantes na obra do psicanalista, o pensamento de Schopenhauer costuma ganhar destaque, particularmente na aproximação de sua metafísica pessimista com as formulações a respeito da pulsão de morte. Schopenhauer não somente repudiava a obra de Feuerbach, considerando-a o exemplar do pior que o otimismo hegeliano tinha a oferecer (Drawin & Kyrillos, 2018), como também, na tradição de pensamento que dele decorre, é comumente colocado em um lado diametralmente oposto. Conforme aponta Brandão (2013), após Kant, é possível rastreamos duas linhas preponderantes de saídas filosóficas aos problemas do conhecimento: a aposta no campo ideal fenomenológico (o idealismo alemão) e a desmistificação do conhecimento como efeito de causas inconscientes (Schopenhauer, Nietzsche etc.). A psicanálise estaria situada na segunda linha se não fosse um pequeno detalhe: as duas perspectivas tratariam de se cruzar ao longo da história, sobretudo a partir de uma derivação particular do pensamento hegeliano, que viria a desembocar, finalmente, no materialismo histórico (Feuerbach, Bauer, Marx etc.). Esse é o ponto no qual acreditamos residir o núcleo que liga a crítica da religião empreendida pelos dois autores de nosso estudo. Se, por um lado, temos um hegeliano preocupado em encontrar uma crítica materialista aos seus estudos teológicos, do outro, temos um médico positivista, herdeiro da escola de Helmholtz, advertido a respeito dos cuidados da circunscrição de seu objeto, segundo coordenadas de sua práxis. Ainda que o aspecto “histórico” do materialismo freudiano escape às concepções positivistas ao qual estava imerso no pensamento vienense, não seria essa lacuna a responsável, talvez, por sua incursão no diálogo com a antropologia? Uma lacuna que se impôs como necessidade no desenvolvimento teórico?

A grandeza de Freud, tal como a de todos os pensadores burgueses radicais, consiste em que ele deixa tais contradições resolvidas e recusa a pretensão de uma harmonia sistemática onde a própria coisa encontra-se cindida em si mesma. Ele torna evidente o caráter antagônico da realidade social, até onde é possível à sua teoria e à sua práxis no interior de uma divisão de trabalho predeterminada. A incerteza da própria finalidade da adaptação, a desrazão da ação racional, que a psicanálise revela, refletem algo da desrazão objetiva. *Elas se tornam uma denúncia da civilização* [ênfase adicionada] (Adorno, 1953/2015, p. 69).

Aqui, há algo bastante próximo de uma síntese do que desenvolvemos. As contradições e ambivalências tateadas por Freud na elaboração de seu objeto constituem o próprio objeto. Não se trata, portanto, de um aspecto lateral à teoria, ou de uma insuficiência momentânea a ser superada pelo desenvolvimento futuro das investigações clínicas, mas de uma característica imanente da tentativa de elaborar sobre o psiquismo, bem como sobre os aspectos antropológico e político que o constituem. É nesse sentido que, como já demonstramos, por mais que a reflexão freudiana sobre a religião de fato implique, em um determinado momento, uma perspectiva psicologizante projetiva (Veliz, 2017), as próprias contradições com

as quais Freud se emaranha conduzem sua análise para uma abordagem cada vez mais antropológica, senão materialista. Do mesmo modo como os pressupostos hegelianos de Feuerbach parecem guiá-lo até a beira de uma antropologia não idealista, e que, mais tarde, seria um ponto de partida para um pensamento imanentemente político em Marx e Engels, poderíamos afirmar que as primeiras contradições elaboradas no projeto de Freud (1895/1996a) o guiaram à dimensão política.

Na base do sistema de pensamento freudiano está a indiferenciação entre psicologia individual e psicologia social, visto que acolher a subjetividade acarreta, impreterivelmente, a referência do sujeito ao Outro, tanto como objeto de amor (referência) quanto de ódio (empecilho). A linguagem possibilita a consideração de como a psicanálise, ao reconhecer que desde a origem o social está presente no Eu, subverte a análise do político (Fuks, 2021). Partindo da ordem social em Freud (1921/2011), pensada como articulação entre o sujeito individual e o coletivo, Lacan (1953/1998a) acrescenta os conceitos do Sujeito e do Outro, esclarecendo o que nomeou como a transindividualidade primordial do inconsciente. Especificamente, para além das marcas libidinais que recebe de seus próximos, o sujeito é marcado, de forma indelével, por representações sociais e políticas de seu tempo.

Essas assertivas de Lacan (1966/2003c) estão calcadas em suas elaborações epistemológicas acerca da circunscrição do objeto da psicanálise. Ao relacioná-lo com o sujeito da fantasia, ele se refere a uma divisão desse sujeito causada por um objeto: o objeto *a*. É por intermédio do reconhecimento desse objeto que, para Lacan (1966/2003c), torna-se possível superar a alienação. Dessa forma, fica explícita a aproximação entre marxismo e psicanálise, conforme Lacan (1966/2003c, p. 216) estabelece em seu pensamento: “O mínimo que vocês podem me atribuir, no que concerne a minha teoria da linguagem, e, se isso lhes interessa, que ela é materialista”. Por conseguinte, na teoria lacaniana, a antropologia não ultrapassará a condição do homem como ser falante. Ao tomar como objeto da psicanálise a linguagem, consequentemente, Lacan (1966/2003c, p. 218) considera que “o sujeito do inconsciente é um ser falado, e é o ser do homem [...]”.

Nesses termos, ele se ocupa dos discursos, designando-os como laço social. Com efeito, cada discurso corresponde a uma modalidade de laço social e, novamente, a linguagem surge numa posição de centralidade; numa posição ordenadora de corpos e falas no social. Em 1970, ao se dedicar ao discurso do capitalista, Lacan (1970/2003b) se ocupou de algo que está muito próximo de nossa época. Soler (2011) afirma que Lacan tinha apreço pelo pensamento marxista, retendo o conceito de mais-valia. Ele absorve esse conceito a partir de uma leitura em que pontua que a mais-valia se torna a causa do desejo, da qual toda economia faz seu princípio. Como consequência, a segunda tese lacaniana é a de que a mais-valia é a causa de desejo de toda economia e engendra a produção extensiva e insaciável da falta a gozar. Dessa forma, a relação entre psicanálise e marxismo revela o caráter psíquico do sistema capitalista (Pavón-Cuellar, 2021). Nesse contexto, o predicado inconsciente do capitalismo não se reduz a um estado ou a um atributo do sistema psíquico, mas se constitui em sua própria existência: “sua atividade lógica, sua estrutura distintiva e sua atividade imanente” (Pavón-Cuellar, 2021, p. 7). Por conseguinte, fica explícito o nível metapsicológico do enredamento entre marxismo e psicanálise. Afinal, ao possuir uma teoria do psiquismo, a teoria marxista pode ser utilizada para formulações constitutivas e explicativas do psicológico. Isso fica evidente no esfumaçamento da fronteira entre o clínico e o social na clínica psicanalítica.

Esse esfumaçamento, que se faz evidente na comorbidade entre civilização/linguagem e mal-estar, constitui-se nas trilhas características da manifestação do mal-estar em determinada época. Nas palavras de Lacan (1968-1969/2008b), “é numa exterioridade jaculatória que se identifica esse algo pelo qual o que me é mais íntimo é, justamente, aquilo que sou obrigado a só poder reconhecer do lado de fora” (p. 219). Esse lado de fora do sujeito é um lado de fora relativo ao sujeito: “É preciso partir não do Outro, mas de um Outro, o um do significante inscrito no Outro, condição necessária para que o sujeito se agarre a ele” (Lacan, 1968-1969/2008b, p. 351), autorizando o raciocínio de que é no Outro que se encontram os significantes com os quais o sujeito se configura. Desse modo, ao se derivar das coordenadas simbólicas disponíveis nesse campo exterior, escolhidas como significantes que representam o sujeito, somos levados ao sofrimento ou ao sintoma. É imprescindível salientarmos que ambos têm uma história e um contexto social, que contribuem de forma decisiva na fabricação de uma configuração simbólica de engendramento.

Considerações finais

Retomando o argumento inicial, a indiferenciação entre psicologia individual e psicologia social presente nas elaborações freudianas possui uma forte consequência epistemológica no arcabouço teórico da psicanálise; consequência que está presente, como vimos, nos desenvolvimentos propostos pela perspectiva lacaniana. Tendo em vista que as mediações sociais concretas, ou a estrutura simbólica que engloba os sujeitos, são parte constituinte da formação subjetiva, as particularidades políticas de determinadas organizações sociais estão intimamente ligadas aos processos do que se caracteriza como psicológico. É nesse sentido que afirmamos, antes, uma proximidade entre a visada antropológica feuerbachiana e a crítica freudiana da religião. Mais ainda, buscamos demonstrar como o método psicanalítico, a partir da práxis clínica, aproxima-se de uma visada materialista semelhante aos desdobramentos de Marx a partir da filosofia feuerbachiana. Ao investigar os meandros psíquicos de seus pacientes, Freud se deparou com contradições e impasses metodológicos que não podiam ser elaborados sob a concepção de um indivíduo com sua subjetividade fechada e unívoca, tendo como ponto agudo de suas dinâmicas a

relação com o Outro e as coordenadas de mediação ao seu redor. O objeto de estudos dessa teoria, ainda que circunscrito à chave do objeto psicológico, demanda, como que por necessidade, uma interface com campos fora da psicologia. É, talvez, esse o motivo pelo qual, desde seus primórdios, há um empuxo à psicanálise em dialogar com outros campos do saber. Mais do que um ímpeto individual da particularidade de certos autores, acreditamos existir, nas formulações clínicas e teóricas da psicanálise, uma concepção de objeto psicológico, a qual não se realiza sem que levemos em consideração aspectos extraclínicos. Não é à toa que autores como Mezan (2019), nesse aspecto, destacam a importância que os textos antropológicos e sociais de Freud desempenharam na construção conceitual de elaborações-chave no edifício psicanalítico.

Diante disso, novamente, a crítica freudiana da religião, ainda que possua, como apontado por Veliq (2017), uma centralidade na ideia de projeção psicológica, quando se aproxima de Feuerbach, são fornecidas ferramentas para destacarmos uma outra perspectiva. Embora em diversos textos, especialmente no *Futuro de uma Ilusão* (Freud, 1927/2020), a projeção atue com centralidade conceitual, consideramos que o caráter político presente no objeto psicanalítico encaminhe a discussão da religião para um debate simultaneamente psicológico, antropológico e político. Ao levarmos em consideração o modo como *Totem e Tabu* (Freud, 1913/2012) é estruturado, seja na tentativa de reposicionar um conceito clínico, como complexo de Édipo, para uma dimensão universal sobre formas de organização grupal, seja na utilização dos conceitos de identificação e narcisismo em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (Freud, 1921/2011), é possível observar que, mesmo quando se fala sobre o psiquismo, em psicanálise, fala-se também no social.

Na visão deste estudo, esse é um dos motivos para que, em seu pós-escrito de 1935, Freud realizasse um balanço sobre a perspectiva de análise do tema da religião em seus textos. Ao ponderar seu “julgamento essencialmente negativo” sobre a religião, chegando a nomeá-la de “neurose infantil”, que viria a ser, um dia, superada pela ciência, Freud (1935/1999) como citado em Drawin & Kyrillos, 2018, p. 149), apresenta uma reflexão distinta, porém convergente com boa parte de sua obra: “Mais tarde encontrei a fórmula que a ela concedia melhor justiça: o seu poder repousa certamente em seu conteúdo de verdade (*Wahrheitsgehalt*), porém esta verdade não é material, mas sim histórica”. A tese de que a verdade da religião surge a partir do conteúdo histórico é um dos temas centrais de *Moisés e o Monoteísmo* (Freud, 1939/2018), no qual o povo judeu encontra, na construção narrativa religiosa, uma amarração para as contradições e impasses de sua história. Novamente, o motor conceitual desse trabalho é um conceito extraído da clínica: o retorno do recalcado. Não é por acaso, enfim, que as elaborações clínicas atuam como pontos angulares para a análise crítica do social e da religião em psicanálise. É pelo fato de a psicanálise se constituir como uma teoria que circunscreve um objeto indissociado de seu caráter político que, em consequência, gera-se uma crítica política e antropológica da religião.

Referências

- Adorno, T. W. (2015). A psicanálise revisada. In T. W. Adorno, *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise* (pp. 43–71). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1953).
- Araújo, R. T. (2014). *Deus analisado: Os católicos e Freud: A recepção da crítica freudiana da crença religiosa pela Igreja Católica*. Loyola.
- Bloch, E. (2005). *O princípio esperança*. EdUERJ; Contraponto. (Trabalho original publicado em 1959).
- Brandão, J. S. (2013). Apresentação de “A essência do cristianismo”. In L. Feuerbach, *A essência do cristianismo* (pp. 7–11). Vozes.
- Certeau, M. de. (2020). *História e psicanálise: Entre a ciência e ficção*. Autêntica.
- David, S. N. (2003). *Freud & a religião*. Companhia das Letras.
- Drawin, C. R., & Kyrillos, F. Neto. (2018). Psicanálise e religião: O deslocamento da problemática filosófica, de Freud a Lacan. *Tempo Psicanalítico*, 50(1), 143–173. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v50n1/v50n1a08.pdf>
- Dunker, C. I. L. (2022). *A psicose na criança: tempo, linguagem e sujeito*. Zagodoni.
- Dunker, C. I. L. (2017). A psicanálise como crítica da metafísica em Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 6(10), 1-15. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S2316-51972017000100002&script=sci_abstract
- Eagleton, T. (2016). Os limites do iluminismo. In T. Eagleton, *A morte de Deus na cultura* (pp. 11–46). Record.

- Ecco, C., & Martins, J. R. F. Filho. (2016). Ateísmo e religião em Ludwig Feuerbach: Uma aposta na essencialidade do humano. *Caminhos*, 14(2), 325–342. <https://doi.org/10.18224/cam.v14i2.5127>
- Engels, F. (2022). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edipro. (Trabalho original de 1880).
- Elia, L. (2004). *O conceito de sujeito*. Zahar.
- Feuerbach, L. (1989). *Preleções sobre a essência da religião*. Papirus. (Trabalho original de 1851).
- Feuerbach, L. (2021). *A essência do cristianismo*. Folha de S.Paulo. (Trabalho original publicado em 1841).
- Freud, S. (1996a). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 381–517). Imago. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (1996b). Dois verbetes de enciclopédia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 287–304). Imago. (Trabalho original publicado em 1923 [1922]).
- Freud, S. (2010a). Ato obsessivo e práticas religiosas. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1907).
- Freud, S. (2010b). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, p. 233-298). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1930).
- Freud, S. (2010c). Os instintos e seus destinos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12, p. 51-81). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1915).
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 15, p. 14-113). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1921).
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 11, p. 14-244). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1913).
- Freud, S. (2018). Moisés e o monoteísmo. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 19, p. 13-188). Companhia das Letras. (Trabalho original de 1939).
- Freud, S. (2019). *A interpretação dos sonhos*. In S. Freud, *Obras completas* (Vol.4) Companhia das Letras, 2019. (Trabalho original de 1900).
- Freud, S. (2020). O Futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Obras incompletas de Sigmund Freud* (p. 231-301). Autêntica. (Trabalho original de 1927).
- Fuks, B. B. (2021). A psicanálise e o político. *Trivium – Estudos Interdisciplinares*, 13(esp.), 42–48. <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2021vNSPEAp.42>.
- Gay, P. (2012). *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238–324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998b). Para além do “Princípio de realidade”. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 77–95). Zahar. (Trabalho original publicado em 1936).
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 203–247). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964–1971).

- Lacan, J. (2003b). Radiofonia. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 400–447). Zahar. (Trabalho original publicado em 1970).
- Lacan, J. (2003c). Respostas a estudantes de filosofia. In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 211–218). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Lacan, J. (2005). O simbólico, o imaginário e o real. In J. Lacan, *Nomes-do-Pai* (pp. 9–53). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (2008a). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).
- Lacan, J. (2008b). *O seminário, livro 16: De um Outro ao outro*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1968–1969).
- Lacan, J. (2009). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1953–1954).
- LaCapra, D. (2006). *Historia en tránsito: Experiencia, identidad, teoría crítica*. Fondo de Cultura Económica.
- Marcuse, H. (1978). *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1941).
- Marx, K. (1978). Teses contra Feuerbach. In J. A. Giannotti (Org.), *Os pensadores: Marx* (pp. 49–53). Abril Cultural. (Trabalho original publicado em 1845).
- Melo, K. A. (2022). A gênese psicopatológica da religião em Feuerbach e Freud: Aproximações entre filosofia e psicanálise. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 13(2), 5–16. <https://doi.org/10.7443/problemata.v13i2.61834>.
- Mezan, R. (2019). *Freud, pensador da cultura*. Blucher.
- Morano, C. D. (2003). *Crer depois de Freud*. Edições Loyola.
- Mudrovic, M. I. (2005). *Historia, narracion y memoria: los debates actuales en filosofia de la historia*. Akal.
- Paula, M. G. de (2007). O futuro de uma ilusão: Algumas reflexões entre Feuerbach e Freud. *Revista AdVerbum*, 2(2), 161–171. http://www.psicanaliseefilosofia.com.br/adverbun/Vol2_2/feuerbach%20freud.pdf.
- Pavón-Cuellar, D. (2021). Metapsicologia do capital. *Analytica: Revista de Psicanálise*, 10(19), 1–15. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972021000200005&lng=pt&tlng=pt.
- Pfister, O. (2003). A ilusão de um futuro. In K. H. K. Wondracek (Org.), *O futuro e a ilusão: Um embate com Freud sobre psicanálise e religião: Oskar Pfister e autores contemporâneos* (pp. 17–56). Vozes.
- Politzer, G. (1988). *Crítica aos fundamentos da psicologia: A psicologia e a psicanálise*. Unimep. (Trabalho original publicado em 1928).
- Serrão, A. V. (2015). Ser e agir para uma articulação entre antropologia e ética em Ludwig Feuerbach. *Revista Dialectus*, 2(6), 47–59. <http://www.revistadialectus.ufc.br/index.php/ForaDoAr/article/view/209>.
- Simanke, R. T. (2005). Nem filósofo, nem antifilósofo: Notas sobre o papel das referências filosóficas na construção da psicanálise lacaniana. *Natureza Humana*, 7(1), 9–58. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302005000200001.
- Soler, C. (2011). O discurso capitalista. *Stylus: Revista de Psicanálise*, (22), 55–67.
- Veliq, F. (2017). Objetivação e projeção: A crença religiosa a partir de Feuerbach e Freud. *Revista Tecer*, 10(18), 11–25.

Como citar:

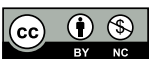
Machado, R. R., Fonseca, T., & Kyrillos, F. Neto. (2025). Teses freudianas sobre Feuerbach: Interpelações políticas à psicanálise. *Revista Subjetividades*, 26(1), e14476. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v26i1.e14476>

Endereço para correspondência:

Rodolfo Rodrigues Machado
E-mail: r.rodrigues.mg@gmail.com

Thales Fonseca
E-mail: thalesalberto94@gmail.com

Fuad Kyrillos Neto
E-mail: fuadneto@ufsj.edu.br



Recebido em: 21/05/2023.
Aceito em: 23/10/2025.